

Severo Gomes

## Em defesa do futuro

As multinacionais estão fazendo um esforço desesperado para retirar da Constituição, neste segundo turno de votação, dispositivos que resguardam os mais legítimos interesses brasileiros. Elas concentram seus ataques contra a definição de empresa nacional, mas também se batem contra a declaração — óbvia para qualquer patriota — de que o subsolo pátrio pertence à União, e contra o veto dos contratos de risco na área do petróleo.

Na defesa de suas teses, as multinacionais lançam mão de todas as armas. O ponto de partida foi um programa de televisão, apresentado em rede nacional, em horário nobre, e que deve ter custado uma fortuna. Na noite seguinte, outro programa, desta vez grátis, o presidente Sarney requisitou a cadeia de televisão, no mesmo horário e, em meio a duras críticas à Constituinte, defendeu idéias muito semelhantes. Se juntarmos os programas e fizermos a média, até que a promoção saiu barata para as multinacionais.

Agora o combate entrou na fase do corpo-a-corpo. Dirigentes de empresas estrangeiras, lobistas e assemelhados percorrem os gabinetes dos parlamentares, distribuindo folhetos e tentando convencer os incautos de que o interesse do Brasil é o interesse das multinacionais. Logo, seria patriótico defender o interesse estrangeiro.

A tentativa de empulhar os constituintes começa pelo protesto contra a "discriminação" xenófoba que estaria embutida na definição de empresa nacional. Alegam que isto pode "acarretar sérios e incontornáveis transtornos e prejuízos à economia nacional, uma vez que inibe e talvez inviabilize a formação de associações e "joint-ventures" para o desenvolvimento de projetos necessários ao desenvolvimento do país (No folheto, esse "país" vem com letra minúscula mesmo. Ato falho).

Se estelionato intelectual fosse crime, essa gente estaria mofando na cadeia. A definição de empresa nacional não discrimina as estrangeiras de maneira nenhuma. O que se faz, ao reconhecer que há empresas de capital nacional e empresas de capital estrangeiro, é reconhecer a realidade mais do que evidente.

O que as multinacionais não querem é que se abra a possibilidade de estabelecer, em campos específicos, estratégicos para o desenvolvimento ou para a segurança do país, proteção ou benefícios temporários para empresas realmente nacionais. Ou seja, as multinacionais exigem que o Brasil desista de qualquer projeto de desenvolvimento autônomo no futuro. Sem poder amparar qualquer iniciativa nesse sentido, a nação ficaria sempre como uma nação de segunda classe, caudatária e dependente da tecnologia desenvolvida nas potências centrais.

Os defensores dessa verdadeira traição nacional sabem muito bem o que estão fazendo, porque nos países desenvolvidos existem claras restrições à presença estrangeira em áreas consideradas estratégicas. Nos Estados Unidos, por exemplo, não é proibida apenas a participação de empresas estrangeiras em setores vitais: proíbe-se até que as empresas americanas contratem cidadãos estrangeiros. O trabalhador tem que ser americano para poder ultrapassar o portão da fábrica.

A nova Constituição não prevê medidas de proteção semelhantes às existentes nos Estados Unidos. Mas deixa as portas abertas para que, um dia, no futuro, se o interesse do Brasil, sancionado pelos representantes do povo, exigir restrições desse tipo, que elas possam ser adotadas soberanamente. Não queremos determinar na Nova Carta que nosso país seja colônia para todo o sempre. Por isso votamos a definição de empresa nacional, reconhecendo que existem empresas brasileiras e empresas estrangeiras.